

Sobre a economia dos Estados Unidos

Gustavo H. B. Franco

Nos dias de hoje, quando se fala no que se passa no mundo e como o Brasil pode ser afetado, o assunto é praticamente um só: a economia americana. Está certo que a globalização elevou a importância de acompanharmos os movimentos de outros países, mas jamais se observou tamanho interesse em acompanhar as publicações das estatísticas da economia americana, desde os índices oficiais de inflação até os indicadores que medem o sentimento dos gerentes de compras no Estado de Illinois.

A prosperidade americana é, de fato, um dos grandes eventos de nosso tempo. São várias as raízes ditas "estruturais" do fenômeno, de modo que cada um pode escolher o elemento que mais lhe agrada: o esforço educacional, a diligência, a ética protestante, ou o fato de ter sido ali que o conceito de economia de mercado foi levado às últimas consequências. Sobreposto a esses fatores destacam-se dois outros, de natureza menos estrutural: a revolução nas tecnologias de informação e a situação fiscal.

Sobre este último é interessante observar que, conforme dizem os especialistas, o fenômeno se deve à longa convivência entre um Executivo democrata e um Legislativo republicano. A lição pode ser a de que quando os dois poderes não se entendem, eles se maltratam negando, um ao outro, a prerrogativa de gastar o dinheiro do contribuinte. A teoria seria a de que existe um distanciamento ótimo (para o contribuinte) entre o presidente da República e o Congresso: se muito próximos, há conchavo demais; se muito distantes, conflitos em excesso.

O fato é que eles têm utilizado o superávit nominal para abater dívida pública, enquanto aqui entre nós, que temos um déficit nominal de grandes proporções, ainda estamos lutando contra os que querem gastar o dinheiro da privatização. Atraso é atraso.

Durante a era Reagan, o Executivo conseguiu forçar um déficit fiscal de certa dimensão, mas o Federal Reserve não "acomodou" os desejos do presidente, de tal sorte que os programas armamentistas do governo Reagan tiveram de ser financiados com aumentos na dívida pública, o que provocou uma imensa elevação

na taxa de juros. Era a situação clássica de conflito entre um Executivo inflacionista e um Banco Central independente cumprindo sua missão de defender a moeda. Era uma época em que a Guerra Fria parecia recomeçar e se especulava se o Japão não suplantaria os EUA como a maior potência industrial do planeta.

A lição foi aprendida e anos depois, diante do superávit fiscal, a política monetária americana enfrenta um estranho tipo de impotência: há dificuldade em aumentar os juros. O Federal Reserve eleva a taxa do "overnight" um pouquinho, as pessoas acham que isso torna a economia mais sólida no longo prazo e cai a taxa de juros para empréstimos de 30 anos. É uma impotência virtuosa, contrariamente à impotência do Banco Central do Japão, que não consegue acordar a economia nem com taxas de juros próximas de zero. Keynes descreveu esse tipo de situação, típica dos anos 30, como a "armadilha da liquidez". A armadilha que o Federal Reserve enfrenta é outra, própria de um mundo onde as economias desenvolvidas estão fazendo o caminho de volta dos exageros estatais das três ou quatro décadas posteriores à Grande Depressão. Nesse estranho mundo onde os fundamentos econômicos estão todos corretos, até as más notícias fazem a bolsa subir. Um pequeno aumento de juros, uma notícia sobre crescimento menor, qualquer sinal ruim significa que o futuro vai ser melhor ainda.

Talvez seja a sombra de Keynes a iluminar os que dizem que tudo isso é insustentável. O consumo é maior que a renda corrente, ou a bolsa está cara demais, tudo serve para alegar que a prosperidade contínua é uma impossibilidade, ou que o ciclo econômico é determinístico, newtoniano, pois tudo que subiu, tem de cair. Mas as explicações técnicas fazem sentido. O consumo é função da riqueza e o país é muito rico. O Índice Dow Jones e o Índice Nasdaq estão subindo porque o fluxo futuro de dividendos das empresas em questão parece brilhante. E especialmente brilhante quando pode ser descontado a 5% num horizonte de 30 anos, graças ao fato de que existe superávit fiscal e moeda sã.

Pode-se dizer que os Estados Unidos abandonaram o keynesianismo armamentista no momento certo, anos atrás, e passaram a trabalhar intensamente "o lado da oferta", enquanto o governo equilibrava suas contas e conseguia estabilizar a taxa de juros em níveis baixos para prazos cada vez mais longos.

Houve uma época em que havia, em tese, outro modelo. Este não é mais o caso. A receita é simples e o passo inicial não tem nada de complicado: responsabilidade fiscal. Um governo responsável é capaz de oferecer ao setor privado uma taxa de juros de um dígito para prazos superiores a dez anos. Essas são as condições ideais para que uma revolução tecnológica se torne um impulso duradouro de crescimento.

No Brasil, nós não vamos ter essas condições, vale dizer, taxas de juros de primeiro mundo, enquanto tivermos finanças públicas de terceira categoria. Qualquer que seja o regime cambial.